

# BOLETIM INTERNO Nº 051/21

Publicado em 01 de Outubro de 2021

## PORTARIA Nº 5897/2021

Disciplina e regulamenta o procedimento de Anistia débitos vencidos de licenciamento (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio e Outras Medidas de Defesa Civil - TPEI (Bombeiro), Taxa de Licenciamento) de exercício anterior até 2020 e taxas de veículos recolhidos em depósito (Taxas de Diárias, de Reboque, de Vistoria e de Liberação) dos veículos do tipo motocicletas, ciclomotores e motonetas de fabricação nacional, com até 162 (cento e sessenta e duas) cilindradas e de propriedade pessoa física.

O Diretor Presidente do Departamento Estadual de Transito de Pernambuco – DETRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Lei nº 23, e 24 de maio de 1969 e pelo Regulamento do DETRAN, aprovado pelo Decreto Estadual nº 38.447 de 23 de julho de 2012; e

**CONSIDERANDO** os termos da Lei Complementar nº 457/2021 e do Decreto Regulamentar.

**CONSIDERANDO** a necessidade de instruir a tramitação processual no âmbito do DETRAN-PE;

### RESOLVE:

**Art. 1º.** Regularizar o procedimento dos processos de anistia débitos vencidos de licenciamento (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio e Outras Medidas de Defesa Civil - TPEI (Bombeiro), Taxa de Licenciamento de exercício anterior até 2020 e taxas de veículos recolhidos em depósito (Taxas de Diárias, de Reboque, de Vistoria e de Liberação) dos veículos do tipo motocicletas, ciclomotores e motonetas de fabricação nacional, com até 162 (cento e sessenta e duas) cilindradas e de propriedade pessoa física.

**Art. 2º.** Requisitos para adesão ao benefício proprietário/arrendatário:

- I – Ser pessoa física e possuir motocicletas, ciclomotores e motonetas de fabricação nacional, com até 162 (cento e sessenta e duas) cilindradas;
- II - Não ter nenhuma restrição que impeça o Licenciamento, exceto as restrições referentes à notificação de débito: "SEFAZ - PARCELAMENTO IPVA EM ATRASO" e "NOTIFICACAO DE DÉBITO – IPVA". A restrição da SEFAZ-PE deixará de constar para o veículo assim que ocorrer a quitação total do exercício 2021;
- III - Não ter nenhuma multa pendente de pagamento;

IV- Não ter débito de DPVAT em aberto;

V - Estar com um ou mais dos seguintes débitos de 2021 em aberto: Taxas de TPEI (Bombeiro) e/ou de Licenciamento, e/ou o IPVA.

VI - Não será contemplado com a remissão e anistia o usuário que quitou o exercício 2021 em data anterior ao dia 17 de setembro de 2021, data da publicação da Lei Complementar nº 457/2021.

VII - Aqueles Usuários que efetuaram pagamento dos débitos relativos ao exercício 2021 a partir do dia 17 de setembro de 2021 em diante poderão aderir a remissão e anistia a partir de 04 de outubro de 2021.

**Art. 3º** Procedimentos a serem observados durante a tramitação processual:

I - O usuário acessará a página Web no site do DETRAN PE de aceitação da Lei e informará a Placa do veículo e o seu CPF;

II - Internamente, o site pede ao sistema para validar esses dados; caso o veículo não atenda à Lei, isso será informado ao usuário;

III - O site pede a adesão/confirmação do usuário;

IV - Internamente, o site pede ao sistema para incluir esse veículo na Lei da Anistia.

V - Nesse momento, o sistema fará o seguinte:

- a) O sistema prorrogará para os dias 29/10 e 30/11/2021 a primeira e segunda parcela do IPVA e para 29/12/2021 a terceira parcela, a cota única do IPVA (sem desconto) e as taxas de TPEI (Bombeiro) e licenciamento.
- b) Caso o veículo não tenha o IPVA 2021 parcelado; ou seja, só esteja sendo cobrado em cota única, o sistema cancelará esse IPVA 2021 e fará o parcelamento desse débito independente do seu valor. Com isso, o veículo terá o IPVA 2021 sendo cobrado tanto em cota única como também em três parcelas;
- c) O site apresentará o link para emissão das guias dos débitos de 2021 que foram prorrogados.

**Art. 4º** Serão concedidos os seguintes benefícios:

I – Com adesão do programa, serão prorrogados os prazos dos débitos de licenciamento, TPEI (Bombeiro) e IPVA este último poderá ser pago em até 03 (três) parcelas.

II - Após o pagamento da primeira parcela ou da cota única do IPVA do exercício 2021, o CRLV-e será autorizado e liberado no aplicativo CDT (Carteira Digital de Trânsito), no DETRAN-

PESSOAL ou após agendamento do serviço de emissão do CRLV-e.

III - Após a confirmação do pagamento em cota única ou de todos os débitos do Licenciamento de 2021 do veículo até o dia 29/12/2021, o sistema fará automaticamente a isenção dos débitos do veículo anteriores a 2021.

IV - Os veículos que participarem do programa em 2021, e que pagaram seus débitos, poderão excepcionalmente pagar o IPVA referente ao ano de 2022, e suas respectivas taxas, em três cotas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022, ou em cota única no mês de outubro de 2022.

Parágrafo Único - O não pagamento da segunda ou terceira parcela do IPVA ou da parcela única das taxas de TPEI (Bombeiro) e licenciamento, até o vencimento prorrogado, acarretará no cancelamento do CRLV-e do exercício 2021

**Art. 5º** Para a liberação de veículos recolhidos que aderiram à Lei, serão aplicadas as seguintes regras:

I - Quando existir débitos de IPVA, TPEI (Bombeiro) e Taxa de Licenciamento abertos para o exercício 2021:

a) Para a liberação do veículo recolhido, será exigido o pagamento integral desses débitos.

b) Quando houver a baixa dos pagamentos acima citados, a isenção dos débitos de IPVA, TPEI (Bombeiro) e Taxa de Licenciamento dos exercícios anteriores será efetivada e o veículo poderá ser liberado do recolhimento, desde que tenha realizado os serviços necessários para a sua regularização.

II - Tratamento para a taxa de Liberação de Veículo Recolhido:

a) Quando houver a baixa dos pagamentos dos débitos de IPVA, TPEI (Bombeiro) e Taxa de Licenciamento, a isenção dessa taxa será efetivada.

III - Quando existir taxa de Vistoria aberta para liberação do veículo:

a) O débito será obrigatório para pagamento quando a vistoria responsável pela geração desta taxa tiver sido realizada antes da data do recolhimento do veículo.

b) Quando a vistoria for realizada após o recolhimento do veículo não haverá a exigência do pagamento desta taxa para liberação do veículo recolhido.

c) Quando houver a baixa dos pagamentos dos débitos de IPVA, TPEI (Bombeiro) e Taxa de Licenciamento, a isenção dessa taxa será efetivada.

IV - Quando existir débito de Seguro Obrigatório DPVAT 2020 pendente de pagamento:

a) Para esse débito o pagamento será obrigatório;

V - Quando houver débito de reboque aberto em função de recolhimento do veículo:

a) Para os veículos recolhidos no exercício de 2021, esta taxa terá seu pagamento obrigatório para realizar a liberação do veículo recolhido.

b) Se a data do recolhimento for anterior ao exercício 2021, o pagamento desta taxa não será obrigatório para a liberação. Quando houver a baixa dos pagamentos dos débitos de IPVA, TPEI (Bombeiro) e Taxa de Licenciamento, a isenção dessa taxa será efetivada.

VI - Tratamento para as diárias do recolhimento:

a) As diárias de veículos recolhidos antes de 2021 não serão cobradas. Ou seja, o sistema irá gerar esse débito apenas quando o recolhimento for do exercício 2021.

VII - Tratamento quando o depósito ou o reboque forem de credenciados:

a) Todas as regras acima se aplicam.

b) No termo de liberação do veículo recolhido serão apresentados os valores das diárias e do reboque que foram isentados, com o objetivo de informar para o credenciado o que foi tratado na lei de anistia.

c) Os valores para o usuário efetuar o pagamento na credenciada só serão mostrados quando devido, ou seja, quando não estiverem anistiados.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 01 de Outubro de 2021

**Roberto Carlos Moreira Fontelles**  
**Diretor Presidente**